

## **A nova indústria naval brasileira**

**Ariovaldo Rocha, presidente do SINAVAL**

Julho 2011

Já são oito anos desde o momento marcante, em 2003, quando foi entregue a Ministros do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva o estudo realizado pelos estaleiros sobre a retomada da indústria da construção naval brasileira. Mostramos os fatos evidentes.

O Brasil, com uma costa marítima de oito mil quilômetros e mais de 90% do comércio internacional realizado por via marítima, havia parado, há mais de 15 anos, de construir navios de grande porte.

Em 2003, como agora, era inexpressiva a participação da bandeira nacional no transporte marítimo internacional. A navegação entre os portos brasileiros havia se reduzido. Uma frota de navios ultrapassando a idade madura exigia renovação.

No cenário mundial, a Coreia e a China avançavam na liderança mundial da construção naval, ultrapassando a Europa e o Japão.

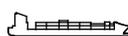
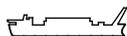
No segmento *offshore*, a Petrobras reconhecia a falta de uma capacidade local para construção de navios e plataformas de produção e perfuração. Foi quando ocorreu a decisão de recuperar a indústria da construção naval brasileira, aproveitando as encomendas que seriam geradas, principalmente pela Petrobras e a Transpetro. A atual Presidenta da República, Dilma Rousseff, era a Ministra de Minas e Energia.

Os estaleiros propunham executar uma retomada da indústria naval em três movimentos: a retomada com a construção de navios de apoio marítimo e petroleiros; a consolidação com a expansão e renovação tecnológica dos estaleiros; e uma programação de encomendas de dez anos incluindo a construção local de plataformas de petróleo.

Essas fases foram alcançadas.

A situação atual é de aumento do emprego direto gerado nos estaleiros, que cresceu de dois mil trabalhadores, em 2002, para mais de 56 mil, em 2011. O volume de obras representa a construção de 6,2 milhões de TPB em cerca de 300 empreendimentos, uma participação de 4% no volume total de navios em construção no mundo.

O Brasil está visível nas estatísticas internacionais. Esses fatos positivos são o resultado da política industrial definida pela Presidenta Dilma, em diversas oportunidades, porque a indústria naval depende de políticas públicas e de decisões de política industrial, fiscal e financeira.



## **Resultados alcançados**

### **Desoneração fiscal nos fornecimentos para a construção naval:**

Decreto nº 6.704, de 19/12/2008, que trata da desoneração do IPI para o fornecimento de materiais para a construção naval, e Lei nº 11.774, de 17/09/2008, que trata da redução a zero das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS sobre equipamentos destinados à construção naval.

### **Fundo Garantidor da Construção Naval:**

Criação do FGCN – Fundo Garantidor da Construção Naval pela Lei nº 11.786, de 25/09/2008, complementada pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009, com destinação de R\$ 5 bilhões para formação do patrimônio do Fundo. Retira a cobrança de imposto de renda das aplicações financeiras para manutenção do Fundo.

## **Recursos humanos, empregos e relações trabalhistas**

Por solicitação do SINAVAL junto ao Ministro Carlos Lupi, foi criada a Comissão Tripartite com atribuições de elaborar diretrizes para a promoção da segurança e saúde no setor e atualizar normas específicas para estaleiros.

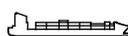
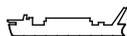
Os procedimentos para atividades nos estaleiros foram criados em consenso entre os engenheiros de segurança dos estaleiros, os trabalhadores representados pela CNM/CUT e os Sindicatos de Metalúrgicos, e os Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi atingido o objetivo com a edição da NR-34 (Norma Reguladora 34) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A NR-34, atualmente, está sendo divulgada em reuniões que se estenderão por todo o ano de 2011, em estaleiros de diversas regiões. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera a Comissão Tripartite brasileira um exemplo de ação bem-sucedida e publicou um manual com o título *Boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil*. O manual da OIT será distribuído a países do Mercosul e da Europa, em português e espanhol.

### **Aumento do emprego**

A estimativa do SINAVAL contempla a geração de 15 mil novos empregos diretos, até 2014, considerando três indicadores principais:

- 1 – Os investimentos previstos e anunciados de novos estaleiros, muitos deles já com prioridades de financiamento aprovadas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante;
- 2 – O plano de investimentos da Petrobras do período 2011 a 2015, com a informação sobre a demanda de petroleiros, plataformas e navios de apoio necessários ao programa de exploração e produção de petróleo em alto-mar;
- 3 – O programa atual de construção naval em andamento, que assegura a manutenção dos atuais 56 mil empregos diretos gerados.



### **Recursos Humanos**

Os recursos humanos necessários aos estaleiros são os seguintes:

Engenheiros: navais, mecânicos, elétricos, de produção, de segurança;

Técnicos: projetistas, mestres, caldeireiros, encarregados, administradores, RH, compradores;

Operários: especializados em corte e solda automática e manual, operadores de máquinas, instaladores, montadores de estrutura, montadores de tubulação, mecânicos, eletricitas e instrumentistas.

Apoio: administrativo, segurança, cozinha industrial e outros.

### **Distribuição por categorias**

Os 15 mil empregos previstos até 2014 apresentam a seguinte distribuição:

Engenheiros - 10% = 1.500

Técnicos - 10% = 1.500

Operários especializados - 70% = 10.500

Apoio administrativo - 5% = 750.

Apoio geral 5% = 750.